



AÇÕES ÉTICAS PARA O COMBATE AO BULLYING: UM OLHAR PARA OS DOCUMENTOS OFICIAIS DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL OFERTADO PELO IFMT

ETHICAL ACTIONS TO FIGHT BULLYING: A LOOK AT THE OFFICIAL DOCUMENTS OF PROFESSIONAL TECHNICAL EDUCATION OFFERED BY IFMT

ACCIONES ÉTICAS PARA COMBATERS EL BULLYING: UNA MIRADA A LOS DOCUMENTOS OFICIALES DE LA EDUCACIÓN TÉCNICA PROFESIONAL QUE OFERECE LA IFMT

Elizabeth da Cunha Filha



Mestranda Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFMT) Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
elizabeth.cunha@ifmt.edu.br

Juliana Saragiotto Silva



Pós-doutorado em Bioinformática (USP) Professora no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Docente no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFMT)
juliana.silva@ifmt.edu.br

Resumo

O bullying refere-se à demonstração de poder interpessoal mediante prática de ações relativas à agressão/violência nas escolas. Assim, o presente artigo investiga como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) apresenta a temática do bullying em seus documentos oficiais, considerando as transformações proporcionadas pelas políticas públicas na educação brasileira. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, na qual buscou-se analisar os instrumentos normativos da instituição à luz da legislação educacional nacional. Entre os resultados, constatou-se que, nos documentos analisados, são perceptíveis a preocupação e o cuidado com a temática. Entretanto a ética, como tema balizador de debates e ações - meio para mitigar os atos de intimidação e agressão física e psicológica entre estudantes, figura ainda como uma questão nova e que necessita de atenção para além dos documentos oficiais, em um trabalho que permeie, em especial, todo o ambiente escolar.

Palavras-chave: Formação humana. Cidadania. Agressões no ambiente escolar.

Recebido em: 3 de junho de 2022.

Aprovado em: 15 de agosto de 2022.

Como citar esse artigo (ABNT):

CUNHA FILHA, Elizabeth da; SILVA, Juliana Saragiotto. Ações éticas para o combate ao bullying: um olhar para os documentos oficiais do ensino técnico profissional ofertado pelo IFMT. *Revista Prática Docente*, v. 7, n. 2, e22059, 2022. <http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n2.e22059.id1587>



Abstract

Bullying refers to the demonstration of interpersonal power through the practice of actions related to aggression/violence in schools. Thus, this article investigates how the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT) presents the theme of bullying in its official documents, considering the transformations provided by public policies in Brazilian education. The work was carried out through bibliographic and documental research, in which we sought to analyze the institution's normative instruments in the light of national educational legislation. Among the results, it was found that in the documents analyzed the concern and care with the theme are perceptible. However, that ethics, as a guiding theme for debates and actions - a means to mitigate acts of intimidation and physical and psychological aggression among students - still appears as a new issue that needs attention beyond official documents, in a work that permeates, in particular, the entire school environment.

Keywords: Human formation. Citizenship. Aggression in the school environment.

Resumen

El bullying se refiere a la demostración de poder interpersonal a través de la práctica de acciones relacionadas con la agresión/violencia en las escuelas. Así, este artículo investiga cómo el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso (IFMT) presenta el tema del bullying en sus documentos oficiales, considerando las transformaciones proporcionadas por las políticas públicas en la educación brasileña. El trabajo se realizó a través de una investigación bibliográfica y documental, en la que se buscó analizar los instrumentos normativos de la institución a la luz de la legislación educativa nacional. Entre los resultados, se constató que en los documentos analizados es perceptible la preocupación y el cuidado con el tema. Sin embargo, esa ética, como hilo conductor de debates y acciones - medio para mitigar actos de intimidación y agresiones físicas y psíquicas entre estudiantes - aún aparece como un tema nuevo que requiere atención más allá de los documentos oficiales, en un trabajo que permea, en particular, todo el entorno escolar.

Palabras clave: Formación humana. Ciudadanía. La agresión en el ámbito escolar.



1 INTRODUÇÃO

A educação se apresenta como um mecanismo de transformação de vidas. É por meio dela que a sociedade adquire normas sociais de comportamento, valores e atitudes, de forma explícita ou não. Contudo, mesmo que a escola se apresente como lugar favorável também para a formação humana, seus valores são, por vezes, conflitivos, diferentes e antagônicos, inclusive abrindo espaço para diversas formas de violência, entre as quais destaca-se o *bullying*.

Abolinsh (2008) destaca que o *bullying* acontece quando um aluno, ou um grupo de alunos, age de forma agressiva, repetitiva e sem motivação em relação a outro aluno, ocasionando o sofrimento e o isolamento da vítima. Trata-se, então, de uma forma de violência disfarçada na forma de brincadeira. Tais “brincadeiras” podem acarretar diversos problemas para o processo de aprendizagem, como dificuldade de falar em público e de fazer algum tipo de questionamento, o que afeta o desenvolvimento do aluno e gera inúmeras consequências, que vão desde o fracasso escolar até casos mais graves, como tentativas de suicídio.

A Organização Mundial de Saúde (ONU, 2015) aponta que a realidade tem evidenciado que a escola tem deixado de ser um local protegido e seguro, e alguns episódios demonstram que ela tem sido um local onde a violência passa a fazer parte dos acontecimentos que nada possuem de pedagógico em seu interior. Tendo em vista o uso da liberdade de ação e expressão das pessoas, o que se caracteriza como um direito resguardado por lei, a cada dia que passa, a prática do *bullying* tem se tornado comum nos espaços educacionais, originando atitudes violentas e agressivas, ocasionando os mais variados tipos de sentimentos desagradáveis ao ser humano. Essa violência produz medo, angústia, ansiedade, entre outros.

A realidade experienciada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) evidencia que a instituição não está imune às questões relativas ao *bullying*. Assim, o objetivo do estudo consistiu em investigar como a instituição apresenta a temática do *bullying* em seus documentos oficiais, considerando, as transformações proporcionadas pelas políticas públicas na educação brasileira, no período de 2008 até 2021.

Tendo em vista que o *bullying* consiste em um fenômeno nem sempre visível, diante de sua diversidade, este estudo se justifica pela necessidade (constatada por meio de revisão bibliográfica e vivências cotidianas) de desenvolver reflexões sobre o fenômeno do *bullying*, que apontem para a ética como tema balizador de debates e práticas na rotina escolar; sendo, dessa maneira, para além das legislações vigentes, mais uma ferramenta de combate à violência nas instituições de educação.



Dessa forma, este artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “A prática do *Bullying*: a Formação Humana e a Ética como estratégias possíveis para o seu combate”, com autorização do Comitê de Ética de Pesquisa do IFMT, mediante protocolo nº 4.823.903/2020, está estruturado em 6 seções, incluindo esta Introdução. Na seção 2, apresenta, brevemente, o histórico dos Institutos Federais. A seguir, a seção 3 discutem-se algumas reflexões e apontamentos sobre o fenômeno do *bullying*. Na sequência, na seção 4 é descrita a metodologia, na seção 5, são apresentadas as análises e discussões dos dados sobre a pesquisa. Por fim, na seção 6, estão as considerações finais.

2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No ano de 2008, por meio da Lei nº 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT); com isso, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em diversos estados do país, inclusive em Mato Grosso (BRASIL, 2008). Na ocasião, eram 38 instituições com autonomia administrativa, patrimonial e disciplinar, que surgiram na tentativa de romper a dualidade presente, durante muito tempo, na Educação Profissional e Tecnológica - a capacitação técnica e a formação humana. Este objetivo está evidenciado nos documentos oficiais de criação dos Institutos:

O fazer pedagógico desses institutos, **ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática**, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, **revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada** (PACHECO, 2010, p. 23, grifo nosso).

No estado de Mato Grosso, o então Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT) transformou-se em IFMT, cumprindo o que determina o documento legal da criação dos IFs, no que diz respeito ao desenvolvimento pleno do trabalhador:

Seção II - Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;



IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Ao propor o formato de educação dos IFs, anteriormente Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e CEFETs, a preocupação do Ministério da Educação consistiu (e ainda consiste) em possibilitar uma educação emancipatória, voltada para a formação profissional aliada à formação para a cidadania, como reforça Ramos (2010, p. 52):

Nesse contexto, afirmamos que um projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura, **deve buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo** e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia, bem como a dicotomia entre conteúdos e competências. (grifo nosso)

Tendo em vista que o principal objetivo dos Institutos Federais é “[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (PACHECO, 2015, p. 14), a politecnia pressupõe a vinculação da educação ao mundo do trabalho e a importância deste na construção do conhecimento, além da omnilateralidade, que tem como base a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo, de forma a integrar, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Diante do exposto, na busca pela superação de uma educação dual, que separa o pensamento da ação, o trabalho proposto pelos Institutos Federais deve contemplar, em suas atividades acadêmicas, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão; para além da formação de mão de obra qualificada por meio desse tripé, busca-se ofertar uma educação que estimule o desenvolvimento e forme o ser humano em toda a sua plenitude.

A seguir, apresenta-se o *bullying* na perspectiva de um ato de violência que ocorre também no ambiente escolar, um fenômeno que tem se intensificado, nos últimos anos, nos IFs.



3 **BULLYING: REFLEXÕES E APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Etimologicamente, *bully* é “um verbo de origem inglesa que significa ‘fazer uso da superioridade física para intimidar alguém’” (MARQUES; DRAPER, 1996, p. 41). O termo foi associado ao fenômeno *bullying* e a utilização ampliada da palavra se deu em função da dificuldade em traduzi-la para diversas línguas (LOPES NETO, 2005).

O fenômeno começou a ser estudado na década de 1970, por Dan Olweus, e ganhou espaço no ano de 1982 quando três estudantes, na Noruega, com idades entre 10 e 14 anos, suicidaram-se, tendo como motivação o *bullying*. O fato deixou a comunidade preocupada e deu início ao desenvolvimento de uma campanha anti-*bullying*, que culminou com a criação de um programa de intervenção nas escolas, que contou com a participação efetiva de professores e pais na busca pela conscientização do problema, além de promover apoio às vítimas. (STARR, 2005)

Em se tratando da realidade brasileira, no ano de 2002, foi realizado um estudo, pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) - uma organização não governamental dedicada à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes -, que se propôs a diagnosticar e desenvolver ações para reduzir o comportamento violento. O estudo foi desenvolvido em 11 unidades escolares do Rio de Janeiro (RJ), com alunos da 5ª à 8ª série, com a finalidade de sensibilizar educadores, famílias e a sociedade para a existência do problema e suas consequências. Como resultado, a pesquisa constatou que 16,9% daqueles alunos já haviam sofrido *bullying*, 10,9% haviam sofrido e praticado *bullying* e, 12,7%, apenas haviam praticado *bullying*. (PALACIOS; REGO, 2006)

Fato também relevante, constatado pelo estudo, é que a sala de aula foi o *locus* de maior ocorrência de *bullying*, permitindo inferir que, além dos estudantes, os educadores também estiveram presentes durante a ocorrência do fenômeno. Esta constatação vem ao encontro do que defende Abramovay (2003) ao afirmar que a sociedade tem demonstrado preocupação com a violência no espaço escolar, uma vez que ela afeta não só os alunos, como também professores, diretores e pais.

Dessa maneira, como relatado por Mota (2016, p. 4):

Depois da família, a escola é o mais importante ambiente de socialização, sendo o espaço onde as crianças e os jovens passam boa parte do tempo e a sua função é educar, proteger e aprimorar seus estudantes no que se refere aos valores, o respeito e o exercício da cidadania e do direito de todos. No entanto, esse é um desafio que não tem sido fácil de enfrentar, já que os índices de violência, de norte a sul do país, são cada vez maiores no contexto da escola brasileira.



Diante deste cenário, nota-se que, atualmente, congressos, palestras e outros eventos voltados para a educação e práticas de ensino têm se preocupado em trazer, em suas programações, discussões sobre o tema, o que revela o quanto o debate vem sendo amadurecido no seio da educação (TOGNETTA, 2005).

Muitos dos conteúdos produzidos e dos estudos desenvolvidos atentam-se para os efeitos e as consequências do *bullying*. Revelam que o fenômeno é, no fundo, um grave problema social, capaz de acarretar prejuízos que vão além da vida acadêmica do ser humano, conforme relata Fante (2005, p. 79):

As ações de *bullying* afetam todos os envolvidos e em todos os níveis, porém especialmente a vítima, que pode continuar a sofrer seus efeitos negativos muito além do período escolar. Pode trazer prejuízos em suas relações de trabalho, em sua futura constituição familiar e criação de filhos, além de acarretar prejuízo para a sua saúde física e mental.

Além disso, é importante mencionar que algumas pesquisas apresentadas em eventos promovidos pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) apontam que as relações afetivas estabelecidas dentro da sala de aula entre professores e alunos, por meio do diálogo, bem como a atenção despendida aos filhos pelos pais, em casa, também são fatores preponderantes para a formação do agressor em potencial: quanto menos essas variantes - o diálogo e a atenção de professores/pais em relação a alunos/filhos - ocorrem, nesses dois espaços, maiores são as chances de se ter um agressor (TOGNETTA, 2005).

Nesta direção, reforça-se a importância do diálogo, tanto no ambiente escolar quanto no ambiente doméstico, visto que o ato de fala e escuta contribui para a elevação da autoestima e cria um espaço de interação que ajuda a identificar os fatos, desafios e obstáculos que circundam o universo da vítima e também do agressor, o que contribui para reduzir a prática da violência (TOGNETTA, 2005).

Por se tratar de uma temática transversal que perpassa a prática cotidiana de outros profissionais que podem contribuir, sobremaneira, para a redução de danos advindos desse fenômeno, tais como psicólogos e assistentes sociais, chega-se a um momento em que se reconhece a necessidade de ouvir os atores envolvidos. Faz-se importante buscar entre os familiares dos agressores a origem da prática, bem como trazer propostas que possam levar os cidadãos do ambiente escolar a refletir sobre o *bullying* (BRASIL, 1997).

A seguir será descrito a metodologia utilizada no artigo.



4 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado em duas etapas: (i) uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão; (ii) uma pesquisa documental, na qual buscou-se analisar os instrumentos normativos da instituição à luz da legislação nacional educacional. A pesquisa bibliográfica, conforme destaca Gil (2002, p. 44), "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Dessa forma, foi realizada análise a partir de trabalhos publicados entre os anos de 2008 a 2021.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em uma pesquisa documental, por meio da análise dos seguintes documentos oficiais da instituição: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFMT, 2019), referente ao quinquênio 2019-2023; Regulamento Didático do IFMT (IFMT, 2020); Regimento Geral do IFMT (IFMT, 2018); e o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de Secretariado (IFMT, 2013) e Agrimensura (IFMT, 2015), modalidade técnico integrado ao ensino médio. Além disso, foram analisados decretos e leis do governo federal que versam sobre *bullying* e ética.

De acordo com Gil (2009), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens, por ser "(...) desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2009, p. 44).

Logo os dados foram analisados segundo a perspectiva apontada por Bardin (2006), mediante análise de conteúdo, tendo em vista a necessidade de articular a pesquisa bibliográfica com a documental de forma que a análise fique compreensiva.

Para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa, foram realizados os seguintes passos: 1) seleção das ferramentas de pesquisas e bases de dados, em que se optou pelos *Google Acadêmico* e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); 2) definição das palavras-chave para a pesquisa e *download* dos artigos, e as palavras-chaves utilizadas foram: "Rede Federal de Ensino", "*Bullying*" e "Ética"; 3) análise dos artigos selecionados através da pesquisa. Esse procedimento de identificação e seleção de artigos teve como resultado uma relação de 105 artigos, porém o objeto de análise foi composto por 19 artigos, que foram lidos e analisados para a construção deste trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é dedicada a apresentar os resultados das análises bibliográfica e documental realizadas, com o objetivo de investigar como o IFMT apresenta e trata a temática do *bullying*



em seus documentos oficiais, considerando, em especial, as diversas transformações proporcionadas pelas políticas públicas na educação brasileira, no período de 2008 a 2021.

5.1. IFMT E *BULLYING*: A TEMÁTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Analisando os documentos oficiais do IFMT, foi possível identificar certo cuidado em ofertar uma educação com vistas à politecnia¹.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT, de 2019, por exemplo, destaca a preocupação com o fenômeno estudado nesta pesquisa e apresenta a missão da instituição, que é: “Educar para a vida e para o trabalho” (IFMT, 2019, p. 20). Igualmente, o mesmo documento pontua que o IFMT deve “[...] pautar-se por uma cultura de paz e solidariedade integrada à mobilização do povo contra toda e qualquer ofensiva à soberania nacional” (IFMT, 2019, p. 48).

Importante se faz destacar que o *bullying*, na perspectiva de um problema social, conforme destaca Fante (2005), encontra-se perpassado no PDI, tendo em vista a necessidade de uma educação integral, para a vida e para o trabalho; no entanto o termo não vem mencionado explicitamente no documento.

No mesmo PDI (IFMT, 2019, p. 51), é mencionado, ainda, o “respeito à diversidade” como um dos fundamentos que devem embasar a prática pedagógica.

Documentos como o PDI, que funcionam como um marco regulatório no IFMT, pretendem direcionar a realidade institucional para uma convivência crítica, em que os atores sociais (entre estes, alunos e servidores) possam contribuir para a construção e perpetuação de um ambiente empático, em que cada um compreenda seu papel na sociedade, de maneira crítica.

A participação dos atores sociais no IFMT é, então, possibilitada mediante os limites do:

[...] respeito à dignidade da pessoa humana, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência escolar e comunitária; defesa da Diversidade, dos Direitos Humanos e em favor da justiça social e erradicação das diversas formas de violência e preconceitos (IFMT, 2019, p. 76).

Posto isto, percebe-se que a Instituição possui preocupação com a convivência harmoniosa dentro do ambiente escolar, consoante às premissas educacionais presentes nas

¹ A politecnia “postula que o trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. [...] Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho” (SAVIANI, 1989, p. 15).



Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2013) de que é necessário trabalhar, nesse mesmo espaço, a defesa da diversidade e contra todo tipo de violência e preconceito.

Do mesmo modo, esses preceitos estão em consonância com a Resolução nº 6 do Ministério da Educação, de 20 de setembro de 2012, a qual define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio e traz, no seu art. 6º, princípios norteadores, sendo um deles: “[...] II – respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional” (BRASIL, 2012, p. 2).

Já nos Projetos Político-Pedagógicos (PPCs) dos cursos de Agrimensura, na modalidade técnico integrado ao Ensino Médio (objetos desta análise documental), evidencia-se a atenção dada à questão da ética e do *bullying* em disciplinas do núcleo comum (que são aquelas disciplinas comuns a todo o ensino médio da instituição), como é o caso do componente curricular de Filosofia, cuja ementa versa sobre o *bullying* como fenômeno social.

Nessa direção, o PPC analisado está em conformidade com as legislações vigentes, que orientam o estudo e a inclusão da temática *bullying* e ética nos currículos, inclusive de forma transversal, relativos a um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados² em áreas determinadas.

Essa organização didática aponta para a necessidade de um trabalho mais significativo e expressivo de temáticas sociais na escola, como é o caso da ética, e qualquer professor poderá incluir a temática em sua disciplina.

Constata-se que a formação humana dos estudantes, com vistas a um posicionamento ético e sem a cultura do *bullying*, está contemplada em alguns documentos oficiais da instituição, evidenciando o cuidado e o intento do IFMT em ofertar uma educação ética e que busca mitigar todo tipo de violência e preconceito.

Ressalta-se, por fim, que essa preocupação deve ultrapassar as páginas desses documentos, para ser realmente materializada, inserida e trabalhada em sala de aula pelos professores e alunos.

² Segundo o Ministério da Educação (MEC), “Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana, [...] devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade”.



5.2. ÉTICA E FORMAÇÃO HUMANA: UM OLHAR PARA OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Diante das circunstâncias complexas e desafiadoras até aqui apresentadas, existem discussões, no meio acadêmico, como as propostas por Colovini e Costa (s.d), sobre a importância de os professores estudarem e compreenderem melhor sobre o *bullying*, para que tenham mais informações sobre como interferir na ocorrência desse fenômeno.

No que tange ao aspecto legal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)³ orientam os professores a trabalharem conteúdos éticos em sala de aula, o que deve contribuir para reduzir as práticas de *bullying*. A ética (do grego *ethos*, significa “modo de ser, caráter”) (RENAUD, 1994, p. 10), como tema, apresenta-se como balizador de ações, atividades e debates, dispondo-se como uma ferramenta primordial para o desenvolvimento do ser social.

Quanto ao comportamento humano, Chauí (1998, p. 42) elucida o confronto existente entre violência e ética, da seguinte forma:

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade e tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra.

Nesta direção, é fundamental reconhecer que o *bullying* precisa ser enfrentado, sobretudo no ambiente escolar, e que a escola deve priorizar uma educação inclusiva, com vistas a combater e evitar todo e qualquer tipo de discriminação e violência, educando com responsabilidade e, principalmente, com valores éticos, para contribuir para reduzir a ocorrência dessas situações.

Para tanto, os PCNs orientam que a temática da ética seja trabalhada nos temas transversais, da seguinte forma:

Na escola, o tema ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, o tema ética encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que, sabe-se, o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo (BRASIL, 1998, p. 32).

Importante compreender que, nesses Parâmetros, também é delineado como trabalhar a temática ética em sala de aula:

Como o objetivo deste trabalho é o de propor atividades que levem o aluno a pensar sobre sua conduta e a dos outros a partir de princípios, e não de receitas prontas,

³ Segundo o Ministério da Educação (MEC, 1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo governo federal, com a finalidade de orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada uma das disciplinas da educação básica.



batizou-se o tema de Ética. Parte-se do pressuposto de que é preciso possuir critérios, valores e mais ainda, estabelecer relações e hierarquias entre esses valores para nortear as ações em sociedade (BRASIL, 1998, p. 69).

Segundo esta mesma diretriz, é necessário que as escolas desenvolvam práticas educativas que contribuam para a construção de um ambiente escolar em que valores éticos e morais sejam pensados e refletidos.

A fim de auxiliar as escolas em todo o Brasil, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) e o Projeto Brasil indicaram possíveis formas de intervenção no ambiente escolar para reverter o *bullying*. Essas organizações realizaram pesquisas para entender a situação de *bullying* entre os alunos nas escolas pesquisadas; no ano de 2021, produziram 13 artigos relativos à temática *bullying* (ABRAPIA, 2021).

Como resultado desses estudos, essas organizações desenvolveram planos de redução da violência, a fim de lembrar e orientar alunos, pais, administradores e professores sobre a ocorrência de *bullying*, formas de reduzir sua frequência e as graves consequências que essa agressão pode acarretar para as vítimas (ABRAPIA, 2021). Outro estudo enfatizou que, levando em consideração a realidade local e sua particularidade, é importante fortalecer o combate ao *bullying* que já existe nas escolas (SANTOS, 2007).

Esse debate em torno das estratégias de como lidar com o *bullying* inclui demandas para a formação docente, o que motivou analisar como o tema está sendo tratado pelas instâncias reguladoras da educação nacional e por órgãos representativos de docentes.

Ademais, no *site* da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2017), foi encontrada uma revista, intitulada *Retratos da Escola*, que faz uma reflexão da educação pública e trata inclusive da violência no ambiente escolar, mediante cartilha de combate à violência nas escolas, destinada aos educadores⁴.

Levando em consideração que as discussões sobre o *bullying* não se restringem aos órgãos representativos de professores (SANTOS, 2007), cabe destacar que o governo federal, mediante a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015 (BRASIL, 2015), classificou o *bullying* como intimidação sistemática e estabeleceu diversas medidas com o intuito de minimizar a prática desse fenômeno. Conforme a referida Lei, as instituições de ensino são responsáveis por campanhas educativas dentro do ambiente escolar, podendo, até mesmo, ser responsabilizadas por omissão ou negligência.

⁴ Todo o material produzido pela revista *Retratos da Escola* está disponível em CNTE (2017).



Nesse sentido, no ano de 2018, foi aprovada a Lei nº 13.663/2018 (BRASIL, 2018), com a finalidade de combater e orientar as instituições de ensino como proceder em relação ao *bullying*. Essa Lei acrescentou dois incisos ao art. 12 da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), instituindo que “todos os estabelecimentos de ensino terão como incumbência promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência”.

Por meio desta análise documental, nota-se que é nítida a preocupação dos governantes em relação ao fenômeno do *bullying*; que todas essas leis estão cumprindo, na medida do possível, a preocupação e o cuidado com a prevenção do fenômeno no ambiente escolar. Entretanto, tais medidas e regulamentações não mitigam, por completo, o fenômeno do *bullying* em tais ambientes.

Por essa razão, as instituições, além de ofertar educação com vistas ao mundo do trabalho, precisam ter o cuidado de educar também para o exercício da cidadania, na formação de pessoas éticas, humanas e conscientes do seu papel social.

Conforme Moura, Garcia e Ramos (2007, p. 40) essa educação:

[...] expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Nesta direção, o grande desafio das instituições é incluir, no seu processo formativo, uma educação para além do mundo do trabalho, com formação humana, crítica, autônoma e cidadã, em que a ética se caracteriza como um dos princípios fundamentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a investigar como o IFMT apresenta e trata a temática do *bullying* em seus documentos oficiais, considerando, em especial, as diversas transformações proporcionadas pelas políticas públicas na educação brasileira, no período de 2008 até 2021, e a importância da ética como balizador de debates e ações, com vistas a coibir a prática do *bullying*.

Por meio desta pesquisa, constatou-se que a preocupação com o *bullying* é algo recente, especialmente no meio acadêmico, visto que, até a década de 60, essa temática era invisibilizada. Mesmo diante da existência de leis com o intuito de combater o *bullying*, é



necessário que as instituições de ensino atuem para a criação de um ambiente saudável, harmônico, ético e seguro aos estudantes. Para tanto, ainda que se preocupem com este tipo de violência e busquem formas de amenizar os danos advindos dos atos de *bullying*, a ética, como tema balizador de ações e projetos, precisa ganhar mais espaço na rotina escolar.

Especialmente no IFMT, em seus documentos oficiais, são perceptíveis a preocupação e o cuidado com as temáticas *bullying* e ética; mesmo essas temáticas não sendo mencionadas diretamente, percebe-se a atenção voltada aos elementos basilares que norteiam a formação humana, integral e politécnica da instituição.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos, no âmbito do IFMT, referem a estas questões por meio dos temas transversais. Da mesma forma, o Regimento Geral do IFMT menciona as normas disciplinares tanto para discentes como para os servidores da instituição, questão que colabora para o desenvolvimento de situações que levem em consideração o fenômeno do *bullying* e a dimensão ética no ambiente do Instituto.

Acredita-se que esta pesquisa contribuirá de forma significativa com a instituição, tendo em vista o fato desta desenvolver um trabalho educativo junto à sociedade, de maneira a abranger diferentes áreas do conhecimento. Assim, espera-se contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para implementação de ações (por parte de gestores, professores e pesquisadores); além disso, que outros estudos voltem seu olhar para além dos documentos oficiais e, principalmente, que sejam elaboradas práticas eficientes de combate ao *bullying* dentro dos muros das escolas.

REFERÊNCIAS

ABOLINSH, Alexander. Diga não ao bullying. **Construir Notícias**, Recife, v. 7, n. 40, p. 1, maio/jun. 2008.

ABRAMOVAY, Miriam. (org.). **Escolas inovadoras**: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – ABRAPIA. **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. 2002. Disponível em: <http://www.bullying.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.



BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. **Lei 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o art. 12 da Lei 9.394. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Terceiro e Quarto Ciclos. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência:** teoria e debate. São Paulo: Ed. 39, 1998.

COLOVINI, Cristian Ericksson; COSTA, Mara Regina Nieckel da. **O fenômeno bullying na percepção dos professores.** Disponível em: <https://colovini.webnode.com.br/files/200000023-b8e4bb9de7/ArtigoBullyingCristian.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. Revista Retratos da Escola. Disponível em:



<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/publicacoes/retratos-da-escola>. Acesso em: 6 jan. 2022.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas, SP: Veros Editora, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed.-São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT. **Projeto Pedagógico**: Curso de Educação Profissional Técnico Nível Médio Integrado em Secretariado. Cuiabá, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT. **Projeto Pedagógico de Curso**: Curso Técnico em Agrimensura Integrado ao Nível Médio. Cuiabá, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT. **Regimento Geral do IFMT**. Cuiabá: IFMT, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – 2019-2023. Cuiabá: IFMT, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT. **Regulamento Didático do IFMT**. Cuiabá: IFMT, 2020.

LOPES NETO, António. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, n. 81, n. 5, nov. 2005.

MARQUES, Amadeu.; DRAPER, David. **Dicionário inglês-português/português-inglês**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. **Documento Base**, Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

MOTA, Raquel Martins Fernandes. **Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar**: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos. Cuiabá/MT: Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Violência é a 4ª maior causa de morte entre jovens no mundo**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1530111-oms-violencia-e-4a-maior-caoa-de-morte-entre-jovens-no-mundo>. Acesso em: 7 jan. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em:



<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%cc%81tico-Pedago%cc%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PALACIOS, Marisa; REGO, Sergio. Bullying: mais uma epidemia invisível? *Revista Brasileira Educ. Med.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, 2006.

PEDRA, José Augusto; FANTE, Cleo. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

RAMOS, Marise. O ensino médio integrado. In: MOLL, J. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RENAUD, Isabel. A noção de dever na ética contemporânea. In: BRITO, J. (coord.). **Temas fundamentais de ética**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2001. p. 31-44.

SANTOS, Luciana Pavan Ribeiro dos. **O papel do professor diante do bullying na sala de aula** (projeto de pesquisa). Bauru, SP: UNESP, 2007. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Luciana%20Pavan%20%20Final.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SILVA, Elisângela Napoleão da; ROSA, Ester Calland de Sousa. Professores sabem o que é bullying? Um tema para a formação docente. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 17, n. 2, jul.-dez. 2013, 329-338.

STARR, L. **Bullying intervention strategies that work**. 2005. Disponível em: https://www.educationworld.com/a_issues/issues/issues103.shtml. Acesso em: 29 jan. 2022.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino, VINHA, Telma Pille. Estamos em conflito, eu comigo e com você: uma reflexão sobre o *bullying* e suas causas afetivas. In: CUNHA, Jorge Luiz da; DANI, Lúcia Salete C. (orgs.). **Escola, conflitos e violências**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2008.